CONSULTORIA
LEGISLATIVA
ALEPE

Projeto de Lei Orçamentária Anual

- PLOA 2024 -

Informativo

Assembleia Legislativa do
Estado de Pernambuco
A Casa de Todos os Pernambucanos

INFORMATIVO

PLOA 2024

Projeto de Lei Orçamentária Anual – Exercício 2024

No presente informativo, é analisado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o exercício de 2024. Os valores disponibilizados encontram-se atualizados até agosto de 2023 pelo IPCA.

Orçamento fiscal e de investimentos

O orçamento total trazido pelo PLOA 2024 tem um valor 17,3% maior que o da peça orçamentária de 2023, mesmo considerando a inflação no período. Nesse sentido, o **orçamento fiscal** para 2024 está aproximadamente R$ 7,4 bilhões maior, enquanto o **orçamento de investimento** das estatais foi reduzido em cerca de R$ 256,5 milhões.

Nota-se ainda que, o orçamento total trazido pelo PLOA 2024 é o maior da série histórica.

Cabe explicar que, no PLOA 2024, o montante das transferências constitucionais aos municípios, referentes à participação na arrecadação do ICMS e do IPVA, passou a ser registrado como dedução da receita, não mais como uma despesa. Essa mesma metodologia foi empregada nos dados dos anos anteriores para possibilitar a devida comparação de valores.

Tabela 1 – Orçamento fiscal e de investimento das estatais

Em R$ milhões

PLOA	Orçamento fiscal	Orçamento de investimento das empresas estatais	Total	Evolução em relação ao ano anterior (%)
2018	40.913,51	1.851,10	42.764,61	3,6%
2019	43.160,48	1.321,09	44.481,58	4,0%
2020	44.250,84	1.371,28	45.622,11	2,6%
2021	44.341,77	1.508,59	45.850,37	0,5%
2022	43.303,58	1.560,05	44.863,63	-2,2%
2023	39.860,40	1.397,71	41.258,11	-8,0%
2024	47.262,05	1.141,17	48.403,22	17,3%

Fonte: PLOAs 2018 a 2024. Dados atualizados pelo IPCA.

Investimento por empresa estatal

A peça orçamentária referente às empresas estatais prevê uma redução de 18,4% nos **investimentos**, em relação ao projeto apresentado em 2023.

Destacam-se, na tabela abaixo, a queda de 37,1% no orçamento estimado para investimentos da Compesa e o incremento de 155,1% no orçamento referente a Suape entre 2023 e 2024.

Apesar dessa redução, a Compesa se destaca como a estatal com orçamento mais volumoso, representando 62,4% de todo o valor previsto para investimentos das empresas estatais.

Tabela 2 – Total de investimentos por empresa estatal

Em R$ milhares

Empresa Estatal	PLOA 2023	PLOA 2024	Variação 2024/2023	Participação relativa PLOA 2024
Compesa	1.132.864	712.259	-37,1%	62,4%
Suape	80.067	204.212	155,1%	17,9%
Adepe	54.964	71.437	30,0%	6,3%
Copergás	48.713	55.706	14,4%	4,9%
Lafepe	20.524	20.404	-0,6%	1,8%
Porto do Recife	58.854	75.500	28,3%	6,6%
Cepe	680	650	-4,4%	0,1%
Age	1.046	1.000	-4,4%	0,1%
TOTAL	**1.397.711**	**1.141.168**	**-18,4%**	**100%**

Fonte: PLOAs 2023 e 2024. Dados atualizados pelo IPCA.

ICMS e FPE

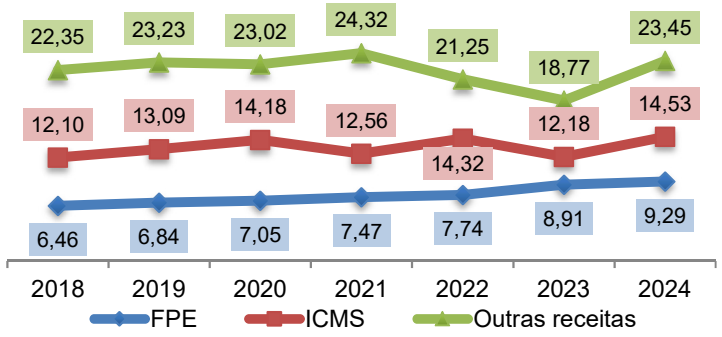
Cumpre examinar o comportamento da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados (**FPE**), do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) e da soma de todas as demais receitas orçamentárias, deduzidas as transferências ao Fundeb e as transferências constitucionais para os municípios.

Comparado ao PLOA 2023, o PLOA 2024 prevê um aumento de 19,3% na arrecadação do ICMS. Também há previsão de incremento de 4,3% da cota do FPE e de 24,9% das demais receitas.

No total, observa-se uma elevação das receitas do orçamento fiscal previstas para o próximo ano, equivalente a 18,6%.

Gráfico 1 – Evolução das receitas estimadas de ICMS e FPE

Em R$ bilhões



Fonte: PLOAs 2018 a 2024. Dados atualizados pelo IPCA.

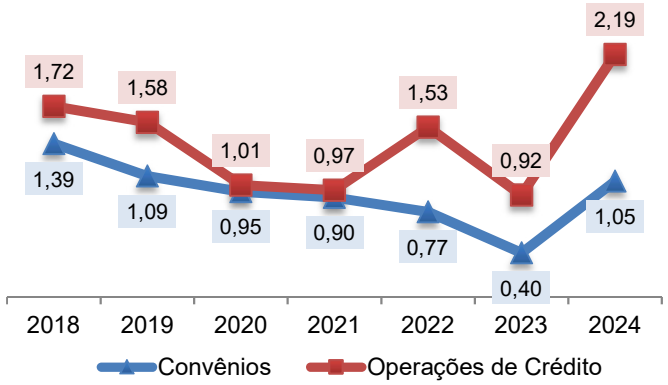
Convênios e operações de crédito

Para efetuar investimentos, o estado de Pernambuco pode financiar-se com a contratação de **operações de crédito** (em sua maioria, empréstimos bancários) ou receber recursos de transferências da União por meio de **convênios**.

Contrariando a tendência de queda dos últimos anos, estima-se uma elevação de 163% na receita prevista com convênios, que chegaria a pouco mais de R$ 1 bilhão. A arrecadação com operações de crédito, por sua vez, apresenta uma elevação de 138,2%, atingindo o maior valor dos últimos sete anos.

Gráfico 2 – Receitas estimadas de convênios e operações de crédito

Em R$ bilhões



Fonte: PLOAs 2018 a 2024. Dados atualizados pelo IPCA.

As análises técnicas deste documento são de autoria da Consultoria Legislativa e não representam a opinião da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Comissões e parlamentares.

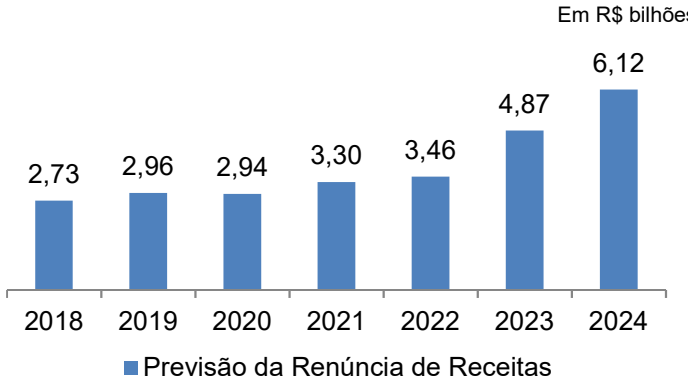
Estimativa da renúncia de receita

O PLOA 2024 apresenta anexo contendo demonstrativo da estimativa e compensação da **renúncia de receita**. Tais operações de renúncia consistem em benefícios fiscais do ICMS, na forma de créditos presumidos e reduções de base de cálculo, além de outros benefícios fiscais.

O valor estimado engloba programas de incentivo aos setores portuário, calçadista, automotivo, industrial, central de distribuição e comercial atacadista.

Verifica-se que a renúncia estimada apresentou pouco crescimento entre 2018 e 2022, de R$ 2,7 bilhões para R$ 3,5 bilhões. Já na LOA 2023 o valor previsto foi de R$ 4,9 bilhões e, no PLOA 2024 prevê-se um total de R$ 6,1 bilhões de renúncias fiscais. Isso representa cerca de 25% do total da previsão de arrecadação bruta (antes das deduções) do ICMS para 2024.

Gráfico 3 – Estimativa da renúncia de receitas



Fonte: PLOAs 2018 a 2024.

Educação, saúde e segurança

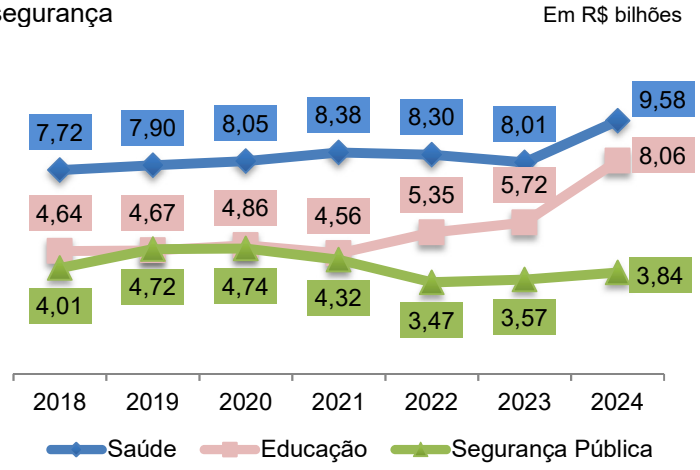
É importante analisar as despesas autorizadas pelo PLOA 2024 destinadas às principais funções governamentais: **educação, saúde** e **segurança pública**, comparando-as com as leis orçamentárias de anos recentes.

O gráfico revela que essas três funções apresentam expressivo aumento nas despesas previstas em relação ao ano de 2023:

- Educação: +41,6%
- Saúde: +19,6%
- Segurança Pública: +7,5%

Nota-se, ademais, que saúde e educação apresentam o maior valor previsto, em termos reais, desde 2018.

Gráfico 4 – Evolução das despesas com saúde, educação e segurança



Fonte: PLOAs 2018 a 2024. Dados atualizados pelo IPCA.

Custeio, investimentos e serviço da dívida

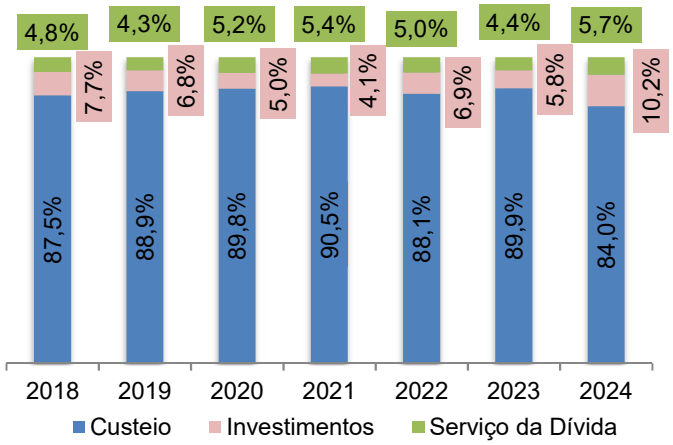
O PLOA 2024 segrega as despesas fixadas por **natureza**. Por meio dessa classificação, é possível saber qual o percentual do orçamento que será destinado a:

- Custeio (pessoal + outras despesas correntes);
- Investimentos (investimentos + inversões financeiras)
- Serviço da dívida (juros + amortização).

O gráfico demonstra que a participação dos investimentos no total das despesas deve passar por um significativo aumento (de 5,8% para 10,2%) em relação ao ano passado, enquanto a parcela destinada aos gastos com custeio deverá ser reduzida de 89,9% para 84,0%. Já os dispêndios com o serviço da dívida devem crescer de 4,4% para 5,7%, maior patamar observado desde 2018.

Em relação aos valores, as despesas previstas para custeio aumentaram de R$ 35,8 bilhões para R$ 39,7 bilhões, os investimentos subiram de R$ 2,3 bilhões para R$ 4,8 bilhões e os serviços da dívida de R$ 1,7 bilhões para R$ 2,7 bilhões.

Gráfico 5 – Evolução das despesas por natureza



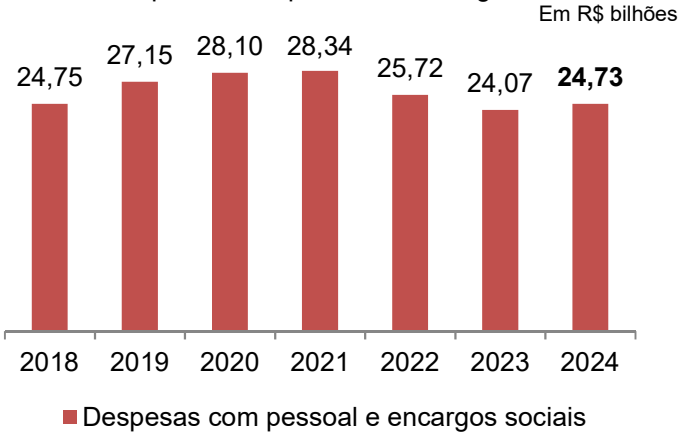
Fonte: PLOAs 2018 a 2024.

Pessoal e encargos sociais

Os dispêndios com **pessoal e encargos sociais** são, potencialmente, o tipo de gasto que mais afeta a saúde fiscal dos entes públicos. Eles são considerados despesas obrigatórias de caráter continuado.

Em termos reais, o PLOA 2024 prevê um aumento dos gastos com pessoal e encargos sociais de 2,7% com relação à LOA 2023, o segundo menor valor desde 2018.

Gráfico 6 – Despesas com pessoal e encargos sociais



Fonte: PLOAs 2018 a 2024. Dados atualizados pelo IPCA.

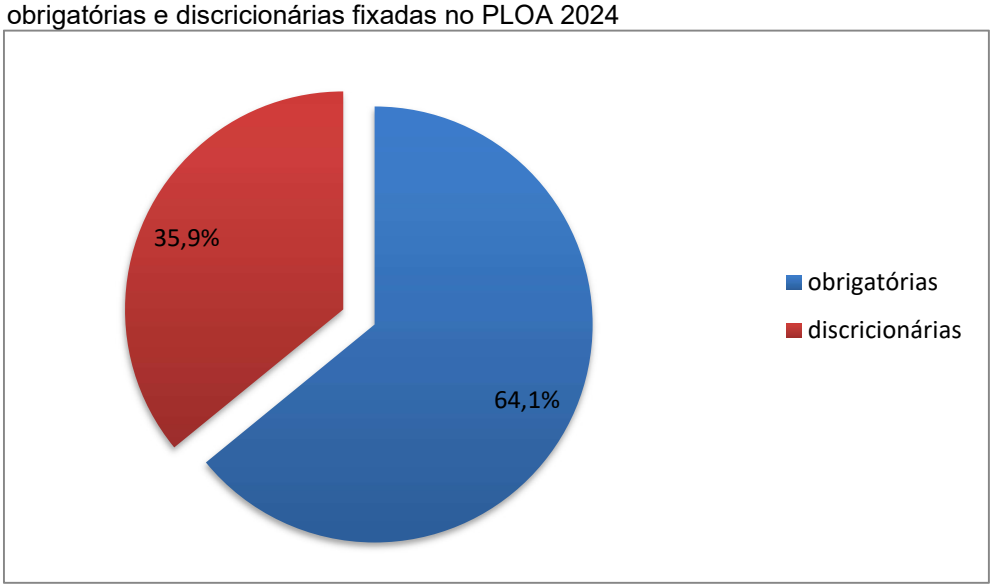
As análises técnicas deste documento são de autoria da Consultoria Legislativa e não representam a opinião da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Comissões e parlamentares.

Despesas Obrigatórias e Discricionárias Fixadas no PLOA 2024

No orçamento público estadual, não existe uma classificação que define as despesas como sendo de execução obrigatória (aquelas que, por força de regra legal ou constitucional, não podem ser contingenciadas) ou discricionária (aquelas que o Estado pode deixar de efetuar). Assim, para segregar os gastos neste informativo, foram consideradas despesas discricionárias aquelas que poderão sofrer limitação de empenho, ou seja, que, segundo o artigo 18 da LDO 2024, poderão sofrer cortes caso seja necessário readequar o orçamento diante de eventuais dificuldades no alcance das metas fiscais.

O resultado dessa divisão pode ser observado na sequência:

Gráfico 7 – Despesas obrigatórias e discricionárias fixadas no PLOA 2024



Fonte: PLOA 2024.

Observa-se, a partir do gráfico, que o Estado tem pouca margem para redefinir ou reduzir seus gastos, tendo em vista que a maior parte das suas despesas (64,1%) não pode deixar de ser executada.

Orçamento dos Poderes

Além do Governo Estadual (Poder Executivo), participam do Orçamento Público o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública. A participação de cada um desses Poderes ou Órgãos Autônomos pode ser observada no Projeto de Lei Orçamentária de cada exercício.

Consultando os dados da LOA 2023, é possível observar quais poderes foram mais beneficiados com acréscimos de dotação para 2024. Para esse efeito comparativo, foram considerados apenas os recursos a serem repassados na forma de duodécimos. O resultado pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 3 – Duodécimos do Poderes e Órgãos Autônomos

Em R$

Poder / Órgão	LOA 2023	PLOA 2024	Variação 2024/2023
Tribunal de Justiça	2.025.436.200	2.169.236.600	7,1%
Assembleia Legislativa	821.400.300	879.717.500	7,1%
Ministério Público	743.342.100	796.117.400	7,1%
Tribunal de Contas	589.910.300	631.792.400	7,1%
Defensoria Pública	215.926.500	231.256.700	7,1%

Fonte: PLOAs 2023 e 2024.

As análises técnicas deste documento são de autoria da Consultoria Legislativa e não representam a opinião da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Comissões e parlamentares.